

Mulheres, pretas e lésbicas: repensando a saúde mental

*José Pascoal Mantovani**

*Nivia Vasconcelos***

Resumo

O artigo destaca o quanto corpos femininos, pretos e homossexuais são vistos como antinômicos. Problematizamos o tema da saúde mental considerando o espectro misógino, racista e homofóbico que circula e fundamenta os meios de verdade e moral. Este ensaio teórico-crítico se propõe a apresentar o conceito de saúde mental, o ser mulher, preta e lésbica e a relação entre os dois tópicos. O impacto das estruturas sociais no modo de construir sua existência, sendo que a mulher, preta e lésbica é suprimida da vivência seja da sua individualidade, seja quanto ao seu papel na sociedade. Por fim, propomos lançar vistas a problemática da lesbianidade preta com o intuito de provocar políticas públicas efetivas e tensões nas subjetividades colonizadas. Explicitamos, portanto, o quanto corpos femininos, negros e homossexuais sofrem e são executados diante da lógica da necropolítica.

Palavras-chave: Mulher Preta; Homoafetividade; Saúde Mental.

Black and Lesbian women: Rethinking their mental health

Abstract

The article highlights how female, black and homosexual bodies are seen as antinomic. We problematize the issue of mental health considering the misogynist, racist and homophobic spectrum that circulates and underlies the means of contemporary truth and morality. This theoretical-critical essay proposes to present the concept of mental health, being a woman, black and lesbian and the relationship between the two topics. The impact of social structures on the way of constructing their existence, with the woman, black and lesbian, being suppressed from the experience either of their individuality or their role in society. Finally, we propose to look at the problem of black lesbianism in order to provoke effective public policies and tensions in colonized subjectivities. Finally, we explain how much female, black and homosexual bodies suffer and are executed in the face of the logic of necropolitics.

Key words: Black Woman; Homoaffectivity; Mental Health.

* ORCID iD <http://orcid.org/0000-0001-9474-9247> . FAPCOM - Faculdade Paulus de Comunicação – Universidade Ibirapuera. Doutor em Educação. Mestre em Ciência da Religião. Graduado em Filosofia, Pedagogia e Teologia.

** PUC MG. Psicóloga, pós-graduada em Saúde Mental pelo Programa de Residência do Hospital Odilon Behrens e Universidade Federal de Ouro Preto, trabalhadora da Rede Pública de Saúde Mental de Belo Horizonte na política de Álcool e outras Drogas

Introdução

A contemporaneidade é marcada por estigmas. As estruturas sociais estão caracterizadas por segregações dos mais variados tipos, sendo que destacaremos neste texto as que tangenciam as demandas étnico-raciais e de gênero. O eixo central deste trabalho é acentuar o quanto corpos femininos, pretos e homossexuais são vistos como antinomia, o que abrange desde a dimensão da interação social, sobretudo ao que se compreende por saúde mental, haja vista o espectro misógino, racista e homofóbico que circula nos meios de verdade e moral na contemporaneidade ocidental (e insiste em território brasileiro). A hipótese deste artigo é fomentar a necessidade de reinterpretar e reorganizar os conceitos que se têm em torno de saúde mental, para que assim se crie dispositivos outros que se oponham aos princípios identitários homogeneizadores e planejadores de subjetividades típicos da heteronormatividade, patriarcal, eurocêntrica e cristã presente no ocidente.

Para tanto, apresentaremos a ideia de saúde mental como paradigma de bem-estar e boa saúde, entretanto destacando o quanto este conceito está atrelado a uma pauta neoliberal, capitalista e conservadora, a qual mitiga as experiências humanas, além de planificar posturas tidas como adequadas/inadequadas, certas/erradas etc. Nossa ênfase se atém no quanto a noção de saúde, verdade, moral, bem-estar estão articulados ao viés cultural estruturante, o qual, além de inventar o sistema normativo, impõe condições que obstaculizam vivências outras que destoam deste sistema normativo. Em seguida, frisaremos elementos da sexualidade feminina, preta e homossexual a qual vive as margens (das margens) das estruturas sociais. Tal experiência é silenciada por vozes, em geral - mas não exclusivamente -, masculinas, impositivas e racistas, em que se eclipsam empirias de corpos que destoam da norma. Como resultado deste trabalho, salientaremos que o segregacionismo destes corpos passa pelo invólucro cristalizado do que se concebe como verdade e moral. Essa abordagem potencializa biopolíticas alinhadas ao ideário necropolítico, portanto, faz-se necessário repensar o que se entende por saúde mental e, assim, difundir outras perspectivas de vivências.

1. Saúde Mental

A performatividade faz parte da identidade contemporânea. Nessa direção, Butler (2018) ressalta que o sujeito da atualidade carrega o imperativo do desempenho, da exibição, do espetáculo. O sujeito da performance é deslocado das temporalidades (futuro e passado) e que

valoriza a imediatividade, o bem-estar, a satisfação (Butler, 2018). Este sujeito é cativo aos grilhões do hedonismo desmedido, o qual faz do gozo instantâneo o paradigma de felicidade perene que só se viabiliza na efemeridade. Neste contexto contraditório, pensar sobre saúde mental faz todo sentido, haja vista que o sujeito performativo é aquele que é exemplar em seu estilo de vida; impecável em seu desempenho, hiper produtivo/consumista ao que se refere ao mercado, mas apático às vivências que não se enquadram nestes paradigmas estruturais.

O conceito de saúde mental está ligado a noção de uma postura social saudável, ou seja, é necessário desenvolver certos atributos para que a sensação de bem-estar se efetive, isto é, a ideia de saúde emocional está atrelada a ideia de bom emprego, boa remuneração pecuniária e alta satisfação profissional (Almeida, Coelho & Peres 1999). Além disso, é necessário atributos como vida social ativa, produtiva e significativa, a qual é vista e legitimada, sobretudo, pelas redes sociais. Assim, em análise a estes vetores, Almeida, Coelho e Peres (1999) apontam para a imagem do senso comum que conecta a saúde mental com determinados hábitos individuais que proporcionam o que se entende por qualidade de vida. Não se pode esquecer que estes componentes estão interligados com condições políticas, sociais, econômicas e morais.

Ainda dentro desta interpretação do sujeito performativo, outros tópicos poderiam ser explicitados, contudo, o que esperamos fazer é destacar o quanto o termo saúde e patologia estão vinculados aos valores culturais da atualidade. Sabe-se que cada período histórico impõe suas normas, suas leis, seus valores incontestáveis e inegociáveis (Foucault, 2019a). Deste modo, compreendemos que “os valores não têm uma existência em si, não são uma realidade ontológica: são o resultado de uma produção, de uma criação do homem: não são fatos, são interpretações introduzidas pelo homem no mundo.” (Machado, 2017, p. 84). Por serem criação do sujeito histórico, que está inserido em determinado período, preso às contingências temporais que interferem diretamente em suas lentes interpretativas, nota-se que os valores replicam os interesses específicos e bem delineados de determinado grupo.

Nesta direção, explicitamos que a noção de saúde mental, em linhas gerais, está de acordo com a lógica do mercado, que segue os princípios neoliberais em estruturas capitalistas. Assim, a saúde mental é o *marketing* pessoal do sujeito que se adequa aos estereótipos. O bem-estar do indivíduo não é singular, mas coletivo: é ideológico. Nessa lógica, a identificação da saúde mental com os arquétipos descritos acima só comprova que “o

conhecimento não é neutro, desinteressado, pois tem nos instintos suas raízes ocultas, inconscientes.” (Machado, 2017, p. 137), dito de outro modo, ao modelar um específico tipo de saúde mental, se fortalece o duplo inclusão/exclusão de corpos que estão (ou não) em correspondência com este determinado protótipo. Na esteira de Roberto Machado (2017), é possível interpretar a teoria dos valores de Nietzsche, afirma que:

As condições de possibilidade do conhecimento são sociais, políticas ou, mais precisamente, morais. Eis alguns exemplos: a crença na verdade é necessária ao homem. A verdade aparece como uma necessidade social por uma metástase ela é, em seguida, aplicada a tudo, mesmo onde não é necessária. Todas as virtudes nascem de necessidades. Com a sociedade começa a necessidade de veracidade, senão o homem viveria em eternos céus. A fundação dos Estados suscita a veracidade. O instinto de conhecimento tem uma fonte moral. Por natureza, o homem não existe para o conhecimento. Duas qualidades necessárias para fins distintos – a verdade e a metáfora – produziram a inclinação para a verdade. Assim, um fenômeno moral, esteticamente generalizado, produz o instinto intelectual. (Machado, 2017, p. 54-55).

Conforme a citação, Machado (2017) frisa o quanto a verdade está condicionada aos interesses sociais, políticos, econômicos, os quais estão enraizados em princípios morais cristalizados. Nessa abordagem, saúde mental é dispositivo ideológico de controle social. Portanto, a verdade é criação, invenção, condição apriorística para o sujeito passivo, negativo e reativo, que sobrevive não da afirmação de si, mas da castração do gozo alheio. Este sujeito apequenado, apega-se a verdade, indiferente a sua consistência. Assim:

[...] o que se chama verdade é uma obrigação que a sociedade impõe como condição de sua própria existência: a obrigação moral de mentir segundo uma convenção estabelecida. É porque o homem esquece essa obrigação instituída socialmente, é porque mente inconscientemente que imagina a existência de um instinto de verdade. Verdades são ilusões que foram esquecidas como tais. Atrás da suposição de possuir um conhecimento do real existe, portanto, uma convenção social que oculta as diferenças ao identificar o não idêntico por meio do conceito. O homem supõe possuir a verdade, mas o que faz é produzir metáforas que de modo algum correspondem ao real: são transposições, substituições, figurações. (Machado, 2017, p. 145).

Assim, o conceito de saúde mental, propagado no *slogan* neoliberal hodierno, fortalece as ilusões, pior que isso, impõe a destruição e o preconceito contra corpos que não se alinham com as leis/nomos (verdade) estruturantes, sobretudo, a concepção moral. A estrutura social ocidental é antropocêntrica. As epistemologias giram em torno do homem, ou seja, “o conhecimento é antropomórfico: não provém da essência das coisas, não se pode dizer que corresponda à essência das coisas; a verdade é antropomórfica: não contém nenhum ponto que seja ‘verdadeiro em si, real e válido universalmente, independente do homem’”. (Machado, 2017, p. 146), dito de outro modo, o conhecimento, o saber e os valores passam pelo viés falocêntrico, o qual tem o poder de separar o bem do mal, o certo do errado. Em linhas gerais, quando Foucault (2019b) afirmou que “a moral se deixa administrar assim como o comércio ou a economia” (2019b, p. 75), ele expõe o quanto os valores morais estão em profunda idiossincrasia com os sistemas políticos, econômicos etc.

Para exemplificar este ponto, Foucault (2019b) apresenta que no período das grandes internações, em que a loucura passou a ser vista como um problema social, mais do que resolver questões de saúde mental, o Estado estava preocupado em higienizar a sociedade, haja vista que os corpos que eram encarcerados tinham algo em comum: não seguiam a lógica da produtividade imposta pelo contexto social. Foucault (2019b) deixa claro que a exclusão estava posta para os considerados “estragados”, de modo que “de outro lado desses muros do internamento, não se encontram apenas a pobreza e a loucura, mas rostos, bem mais variados, e silhuetas cuja estatura nem sempre é fácil de reconhecer” (Foucault, 2019b, p. 79), neste viés, para ilustrar o quanto a moral é administrável, a verdade condicionada e os corpos estigmatizados, Foucault (2019b) afirma:

[...] debochado, imbecil, pródigo, enfermo, espírito arruinado, libertino, filho ingrato, pai dissipador, prostituta, insano. Entre todos, nenhum indício de alguma diferença: apenas a mesma desonra abstrata. O espanto pelo fato de doentes terem sido fechados, por ter-se confundido loucos com criminosos, surgirá mais tarde. Por ora, estamos diante de um fato uniforme. (Foucault, 2019b, p. 83).

Há um ponto em comum entre as personagens citadas acima: todas feriam um princípio moral e/ou econômico. Foucault então expõe a identificação da loucura como fenômeno que causa desordem, desajustes e barulho na sociedade. Todavia, só é possível pensar em

prisão a partir de ações legais que corroborem, legitimem e justifiquem tais ações, neste imbróglio emerge a importância da prescrição médica. Foucault (2019b) apresenta a figura do médico como aquele que identifica o doente, não com a intenção de curá-lo, mas com a intenção de proporcionar bem-estar para a sociedade, como segue:

E aos poucos, essa primeira percepção se teria organizado, e finalmente aperfeiçoado, numa consciência médica que teria formulado como doença da natureza aquilo que até então era reconhecido apenas como mal-estar da sociedade. Seria necessário, assim, supor uma espécie de ortogênese que fosse da experiência social ao conhecimento científico, progredindo surdamente da consciência de grupo à ciência positiva, sendo aquela apenas a forma oculta desta, e como que seu vocabulário balbuciante. A experiência social, conhecimento aproximado, seria da mesma natureza que o próprio conhecimento, e já o caminho de sua perfeição [...]. (Foucault, 2019b, p. 80).

A loucura é identificada como patologia ao passo que ela não segue a moral e verdade inventada pelo homem moderno. O louco é o retrato da oposição da ortogênese. O Homem das luzes (*aufklärung*), do esclarecimento, da razão, em nome da ordem e progresso (positivismo) prescreve a identidade do anormal. Fixa-se certo tipo de saúde mental subordinada a um modelo representação. É neste imbróglio que emerge a personagem da mulher, preta e lésbica. Portanto, como pensar a saúde mental desta mulher diante da tensão que sua existência causa quando confrontadas aos modelos que esquematizam a sociedade contemporânea? Problematicaremos este viés em seguida.

2. Mulher, preta e lésbica

A mulher não está restrita ao papel social imposto pela cultura. A feminilidade é constituída para além das dimensões biológicas. Sua imanência transcende os limites homogeneizadores que normatizam seus encargos, sacralizam sua sexualidade, impõem incumbências e obrigações, além de mistificar a missão do feminino. Seguindo a esteira de Oyewumi (2018), ainda é vigente o modelo eurocêntrico da família nuclear, o qual não só estrutura as tarefas e seus responsáveis, sobretudo delimitam os modos de existência. Como destaca Oyewumi (2018), a existência da mulher é condicionada a suas tarefas, seja ela ser mãe, filha, esposa etc. Assim, o paradigma identificado como mulher está profundamente ligado com as expectativas sociais:

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocu-

pação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento da relação intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante, sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial. (Rago, 2019, p. 87).

Esta leitura da constituição da mulher proposta por Rago (2019), ainda que específica do século XIX/XX, é recorrente na contemporaneidade, isso porque a mulher é vista como um ser condicionado a fins específicos. Ou seja, “[...] as mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes” (Rago, 2019, p. 90). Existem instituições que são imprescindíveis para a regulação dos corpos femininos, dentre elas está a família. Ademais, “a família, com suas exigências, torna-se um dos critérios essenciais da razão; e é ela, sobretudo, que pede e obtém o internamento”. (Foucault, 2019a, p. 90), o que o autor evidencia é o poder familiar em validar (ou não) o ser mulher. A história recente apresenta inumeráveis catálogos que elencavam as funções imprescindíveis para as boas mulheres, de modo que

[...] aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significavam desobedecer à ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação. (Foucault, 2019a, p. 109).

Quando se estabelece o que se deve fazer, fica implícito o que não se pode fazer. O corpo feminino assume diante da sociedade patriarcal funcionalidades que, simetricamente, são vistas como imaculadas e, ao mesmo tempo, os corpos que não se ajustam, são vistos como patológicos, “em outras palavras, a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todos as épocas” (Federici, 2019, p. 91). A teleologia da mulher é para atender a mecanicidade da lógica neoliberal:

[...] ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar”, o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade. (Federici, 2019, p. 89-90).

Nessa lógica, os papéis masculinos e femininos são estabelecidos com o intuito de ampliar o império do macho e circunscrever o cosmo feminino. Vale destacar que antes de se queimar mulheres é preciso queimar a ideia que se tem da mulher, ou seja, o modo sofisticado de silenciamento da mulher é adjetivando sua substância e, assim, legitimar as mais diversas formas de violência. Considerar a mulher como sexo frágil, ou menosprezar suas ações, sua produção epistêmica é meio de eficiência para perpetuar a ideologia misógina e sexista, portanto

Rotular toda essa produção de conhecimento como ‘fofoca’ é parte da degradação das mulheres – é uma continuação da construção, por demonólogos, da mulher estereotipada com tendência à maldade, invejosa da riqueza e do poder de outras pessoas e pronta para escutar o diabo. É dessa forma que as mulheres têm sido silenciadas e até hoje excluídas de muitos lugares onde são tomadas decisões, privadas da possibilidade de determinar a própria experiência e forçada a encarar os retratos misóginos ou idealizados que os homens fazem delas. (Federici, 2019, p. 84).

Nessa direção, a ideia de mulher, preta e lésbica é, ontologicamente, fenômeno de pura sublevação. A concepção deste ser é transgressivo ao sistema, contraditório às normas e necessário para a ética. A figura homossexual carrega estigmas sociais degradantes. Foucault (2019a), ao fazer sua história da loucura, destaca que o crime de sodomia na França em que certo “criminoso” teve como pena ser queimado vivo e suas cinzas jogadas ao vento (fato ocorrido em 1726). Rago (2019), por exemplo, ao apresentar um quadro analítico sobre as classes de prostituição, em que há a prostituta pública e a prostituta clandestina, esta segunda, subdivida em outras duas classes, sendo que a categoria inferior e humilhante está associada a ideia da unissexualidade, isto é, daquilo que Rago (2019) apresenta como práticas antifísicas nas mulheres (doutrinas lesbianas, coito contra a natureza, onanismo) e sodomia ou prostituição masculina (pederastas, ativos, passivos, mistos, onanismo) (Rago, 2019).

Ao passo que o corpo feminino assume a identidade antinômica, se coloca como fenômeno de insurreição. Ao rebaixar a experiência lésbica ou nomear determinadas vivências como “contra a natureza”, sustenta-se a noção de que determinados corpos ocupam espaços insignificantes, isto é, são estigmatizados a tal ponto que as narrativas de morte são legitimadas seja no campo da moral, seja no campo do mercado. Esse é o eixo da lógica neoliberal: os corpos são o que podem produzir e consumir. À medida que corpos pretos, femininos e homossexuais não ocupam espaço significativo nesse jogo de consumo, assumem o risco de sofrer com as práticas inerente ao ideário necropolítico,

[...] em outras palavras, a batalha é travada sobre o corpo das mulheres, porque elas são vistas como as principais agentes de resistência à expansão da economia monetizada e, assim sendo, como indivíduos inúteis, que monopolizam de forma egoísta os recursos que a juventude poderia usar. (Rago, 2019, p. 129).

À medida que os corpos femininos são reificados, a mulher, preta e lésbica é vista como objeção ao sistema de abjeção. Nota-se, nessa personagem, conceitos interligados com a proposta patriarcal, homogeneizadora e dominadora. Como destaca Foucault, “a homossexualidade, à qual a Renascença havia concedido liberdade de expressão, vai doravante ser posta sob uma capa de silêncio e passar para o lado do proibido, herdando as velhas condenações de uma sodomia ora dessacralizada.” (Foucault, 2019b, p. 89), logo, a homossexualidade (feminina ou masculina) será vista como peste que deve ser eliminada na sociedade. Este extermínio passa, além de outras formas, pelo silenciamento sistemático. Ser mulher, como destacado anteriormente, carrega inumeráveis desafios devido às imposições sociais; ser mulher preta em sociedade que não se assume racista e que se finca no mito do sofisma conhecido como democracia racial, com intuito de fundamentar seu negacionismo à condição racista que a estrutura; sobretudo ser mulher, preta e lésbica, experiência esta que além de fetichizada pelo imaginário masculino é lançada às mais variadas formas de violência e agressão é ato de coragem. Lançar vistas nestes imbróglis é ponderar o quanto o estudo de “gênero é acima de tudo uma construção social” (Oyewumi, p. 173, 2018) que desdobra em problemas sociais.

Por isso, é imprescindível que as mulheres, pretas e lésbicas contem suas histórias, e, mais do que isso, con-

têm a história que contam sobre elas. Para que se quebre a hegemonia da história única, a unidimensionalidade interpretativa, é preciso dar voz e escuta para os corpos que, além de marginalizados, são silenciados dentro da estrutura social. Nessa direção:

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espóliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com ‘em segundo lugar’. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado Africano, e a história será completamente diferente. (Adichie, 2019, p. 23-24).

O que a autora chama atenção é que o lugar de fala determina não só a narrativa, sobretudo, a interpretação que se terá desta história. Ao passo que mulheres, pretas e lésbicas ganham espaço para contar suas histórias, suas experiências, suas vivências de segregação, humilhação, vitórias e conquistas, outro tempo e espaço são criados. Modificar o ponto de vista de quem conta a história é modo significativo para indicar novos horizontes do que se compreende como saúde mental.

3. Sou Mulher, sou preta e sou lésbica: Encontrando a saúde mental.

Tentando se equilibrar sobre a dor e o susto, Salinda contemplou-se no espelho. Sabia que ali encontraria a sua igual, bastava o gesto contemplativo de si mesma. E no lugar de sua face, viu a da outra. Do outro lado, como se verdade fosse, o nítido rosto da amiga surgiu para afirmar a força de um amor entre duas iguais. Mulheres, ambas se pareciam. Altas, negras e com dezenas de dreads a lhes enfeitar a cabeça. Ambas aves fêmeas, ousadas mergulhadoras na própria profundidade. E a cada vez que uma mergulhava na outra, o suave encontro de suas fendas-mulheres engravidava as duas de prazer. E o que parecia pouco, muito se tornava. O que finito era, se eternizava. E um leve e fugaz beijo na face, sombra rasurada de uma asa amarela de borboleta, se tornava uma certeza, uma presença incrustada nos poros da pele e da memória.
(Conceição Evaristo, “Salinda” em Olhos D’água)

O pequeno enxerto de Conceição Evaristo (2014) é breve relato poético da experiência de corpos femininos, pretos e homossexuais que subvertem a lógica imperialista. Nesta última parte, procuraremos discorrer acerca da possibilidade de vivenciar afeto sem necessariamente performar dentro do ideal de amor romântico branco e cristão. Destacamos que a afetividade negra é marcada por outras vivências e pode ser exercitada dentro de seus próprios corpos, ainda que sempre marcada pela violência da estrutura social a qual estamos submetidos, haja vista que a estrutura social branca, machista e patriarcal cospe sobre os corpos pretos os seus restos (refugo). Os restos de sua sexualidade represada e projetada sobre os tidos “corpos brutos”, os corpos pretos. Uma estrutura social que insiste em apontar que não há afetividade possível vinda de pessoas negras (homens e mulheres) corpos vistos para o trabalho ou para o sexo e tão somente. O amor cortês e romântico, o protótipo do que seria o amor nas sociedades ocidentalizadas, não seria possível a estes corpos. O amor puro, limpo, abençoado pelo Deus cristão não estaria acessível a esta categoria de seres humanos.

Antes, porém, cabe mencionar o quanto questões relacionadas às mulheres pretas são, sistematicamente, desprezadas e invisibilizadas na contemporaneidade. Nessa órbita, como exemplificação, Figueiredo (2018) descreve o quanto a “Marcha das mulheres Negras” em 2015 foi desprezada pelas grandes mídias. Movimentos expressivos ignorados pela imprensa oficial, reflexo de um tipo de política delimitada: apaga-se os corpos inexistentes, neste caso, as mulheres negras. Figueiredo ainda destaca que “[...] tornar-se negra, portanto, descreve um processo de afirmação e de busca por uma autodefinição” (Figueiredo, 2018, p. 211), esse ato de afirmação identitária é fundamental para romper com lógica do eclipse da razão neoliberal branca em torno das pautas negras. Por este viés, Cordeiro e Auad (2021) destacam o quanto persiste em terras brasileiras, a cultura do desprezo pelas pautas que tangenciam as demandas existências da comunidade negra.

Se a dimensão da afetividade entre corpos pretos carrega o peso do racismo estrutural que inferioriza as experiências afetivas, nesse contexto, mais abjeta ainda são as mulheres que, em sua lesbianidade, buscam gozar para além do falo e da branquitude. A fruição que não é mediada pela estrutura social branca, machista e patriarcal, é desprezada e bestializada. A violência assume status de legítima. A cultura da crueldade contra grupos específicos é o que dá munição para a lógica imperialista dominante, ou seja:

Minha tese, em outras palavras, é de que estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas nativas, porque a ‘globalização’ é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades. (Federici, 2019, p. 94).

As mulheres ocupam papel definido nesta lógica imperialista, sobretudo ao que se refere a mulher negra. Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, tratando sobre a diferença do lugar social da mulher negra em decorrência da história de escravização, aponta para o trabalho pesado nas lavouras, nas fazendas, ou seja, fora de casa, como uma realidade muito presente na vida de mulheres pretas escravizadas. Incluso aí mulheres negras grávidas, com crianças pequenas e mulheres idosas, que além de cumprir as obrigações do trabalho forçado, também eram submetidas a castigos corpóreos colossais, mesmo estando nas condições há pouco descritas. Deste modo, “as mulheres não eram “femininas” demais para o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para o corte de lenha e a abertura de valas.” (Davis, 2016, p. 28). Os corpos femininos carregam esta marca da história, quanto aos deveres iguais, quanto aos direitos desiguais:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres (Davis, 2016, p. 39).

Por mais que o recorte de Davis (2016) esteja voltado para o contexto norte americano, sua análise ecoa na atualidade. Ao perceber que as mulheres, e de modo especial as negras, foram moldadas em contextos de agressão, estupros e violências das mais variadas formas, nota-se que para falar de saúde mental para este grupo de mulheres é necessário considerar fatos que perfazem sua construção histórica, haja vista que

As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. (Davis, 2016, p. 42).

Davis (2016) fala principalmente em uma vivência baseada na concretude, da vida, do trabalho, das violências sofridas, dos extremos de tudo isso e da força sempre empregada para romper com o que estava posto. O conhecimento da mulher negra vem da materialidade. Portanto, saúde mental não está relacionada é ser a mulher paradigmática. Ser mulher, preta e lésbica é inverter a lógica. É assumir a rebelião como protótipo de vida. A luta contra as estruturas disciplinares é custosa, pois as mulheres negras

[...] labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupraadas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher. (Davis, 2016, p. 44).

É verdade que ainda é bastante limitado o lugar de fala das mulheres pretas e lésbicas, mas se hoje elas têm voz é o resultado do sangue, lágrimas e resistências de suas antepassadas que decidiram não se subjugar aos padrões patriarcais, brancos e eurocêntricos. Davis é assertiva ao apontar o papel estruturador da raça, gênero e sexualidade como elementos utilizados para dominação e controle dos corpos, por isso, para criar resistência, ressignificar a ideia de saúde mental, denunciar as instituições de sequestro, precisamos nomear e qualificar nossos algozes, por exemplo:

[...] a construção e a disseminação pela mídia de modelos hipersexualizados de feminilidade exacerbou esse problema, convidando abertamente à agressão sexual e contribuindo para uma cultura misógina em que as aspirações de autonomia das mulheres são degradadas e reduzidas à condição de provação sexual. (Federici, 2019, p. 103).

Este é apenas um exemplo destacado por Silvia Federici (2019). Para repensar a saúde mental da mulher preta e lésbica, é necessário nomear os agentes que propagam e fortalecem o imagético sexista, abjeta e objetificante. Compreendemos que ser mulher preta é mais do que cumprir os papéis sociais instituídos, sobretudo é ser dessemelhante, desforme, divergente. A feminilidade precisa ser repensada, mas não só: questões raciais, culturais, econômicas, políticas e sociais são pontos nevrálgicos para pensar a constituição identitária do feminino e masculino. A lésbica negra precisa do direito à voz, sobretudo da predisposição dos interlocutores para estabelecer diálogo e, assim, a partilha de histórias e vivências. Este esforço não é para homogeneizar as experiências, em vez disso, proporcionar espaço que a distinção não é sinalizada como patológica, todavia outros modos de subjetivação. Muitos são os dilemas da mulher lésbica e preta, entretanto, a primeira barreira a ser suprimida é o silenciamento das narrativas que gozam para além dos alicerces institucionalizados.

Considerações Finais

Compreendemos, portanto, que sujeito é uma invenção recente que beira a extinção, defendemos que não é possível pensar em um ser humano universal, destacado das categorias sob as quais está inscrito (raça, gênero, sexualidade, geolocalização etc) e, quando se trata de saúde mental é necessário ouvir o que este ser elabora e tem a dizer sobre seu lugar social. Reconhecer o peso da estrutura sobre o sujeito e o que tal sujeito diz disso, como vive isso e as demais complexidades da sua própria vida. O que o fere e o que o cura.

Nessa direção, se formos encarar saúde mental enquanto nível de funcionalidade social, para a mulher preta e lésbica desfrutar de mínima condição de saúde mental é fundamental que a estrutura em que está inserida tenha abolido (não só formalmente) de modo substancial ideologias e práticas nocivas à vida.

Destacamos que as mulheres pretas e lésbicas, para a estrutura contemporânea, que segue a lógica neoliberal e necropolítica, são vistas como pessoas previamente inseridas em categorias julgadas e marcadas com o selo da “disfuncionalidade”, pois subvertem a lógica colonialista. Avaliar saúde mental, nesse caso, não passaria por avaliar se o sujeito se insere em categorias pressupostas e sim ouvir as demandas sobre o A questão não deve se centrar nas identidades, mas nas desigualdades erguidas em torno delas. Em outras palavras, a identidade negra, lésbica, feminina (dentre outras identidades) não deve ser vista

sob o prisma da saúde mental em sentido que pressuporia falta, tal falta está inscrita, a priori, no âmbito social, isto é, ausência de diretrizes, normativas e estruturas outras que garantam a existência dos corpos que são silenciados e destituídos de humanidade.

Por fim, compreendemos que este texto é introdutório ao tema da lesbianidade preta, contudo, nosso intento é destacar a necessidade de lançar vistas às margens das margens, a fim de que as mulheres que têm sido silenciadas pela estrutura vigente tenham local de fala e elaborem sua saúde mental para além dos arquétipos sociais.

Referências

- Adichie, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia dos Livros, 2019.
- Almeida Filho, N.; Coelho, M. T.; Peres, M. F. T. (1999). O conceito de saúde mental. *Revista USP*, 43, p. 100-125. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28481/30335>. Acesso em: 08 de jan 2022.
- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de Leituras*, n. 74, 2018. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- Castro, E. (2014). *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault*. São Paulo: Autêntica.
- Cordeiro, A. L. A.; Auad, D. (2021). Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. In: *Dossiê Feminismos e Lesbianidades em Movimento: a visibilidade como lugar*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 29(3): e82622 Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefin-dmkaj/https://www.scielo.br/j/ref/a/Q4nLGF5Q5nRDkzrpP6Vg8RH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e gênero*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Deleuze, G.; Guatarri, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34.
- Evaristo, C. (2014). *Olhos D'água*. São Paulo: Pallas Editora.
- Federici, S. (2019) *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo.
- Figueredo, A. (2018). A macha das mulheres negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: Bernadino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2016). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2018) *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2019a). *História da Loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Foucault, M. (2019b). *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. Rio de Janeiro: N-1 Edições.
- Hooks, B. (2019). *Teoria Feminista: Da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.
- Machado, R. (2017). *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oyewumi, O. (2018). Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNADINO-COSTA, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica.
- Rago, M. (2019). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Walsh, C. (2008). Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. In: *Tabula Rasa*. Bogotá, n.09, p.131-152, 2008. n. 9, p. 131-152. Disponível em: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1498>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Submetido em: 26-10-2022

Aceito em: 22-3-2023